



Número: **5003947-34.2021.8.13.0153**

Classe: **[CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases**

Última distribuição : **13/10/2021**

Processo referência: **0122895-98.2013.8.13.0153**

Assuntos: **Transação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI (REQUERENTE)	
	LEANDRO RODRIGUES BOUZADA (ADVOGADO)
Ministério Público - MP (REQUERENTE)	

Outros participantes	
MUNICIPIO DE CATAGUASES (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6312283013	13/10/2021 16:49	Petição Inicial	Petição Inicial
6312283016	13/10/2021 16:49	1- Ata de audiência	Outros documentos
6312283018	13/10/2021 16:49	2- Despacho	Despacho
6315948026	13/10/2021 16:49	3- Dados BacenJUD	Outros documentos
6315948027	13/10/2021 16:49	4- Despacho	Despacho
6315948029	13/10/2021 16:49	5- Dados BacenJUD	Outros documentos
6315948031	13/10/2021 16:49	6- Petição	Petição
6315948032	13/10/2021 16:49	7- Acordo de não persecução Cível	Petição
6422948086	20/10/2021 14:46	Certidão de Triagem	Certidão de Triagem
6453963024	20/10/2021 14:49	Intimação	Intimação
6472168071	21/10/2021 10:00	Manifestação da Advocacia Pública	Manifestação da Advocacia Pública
6540783021	26/10/2021 20:43	Ofício	Ofício
6540783034	26/10/2021 20:43	Scan_01181	Ofício
6647158070	28/10/2021 17:19	envio de alvara ao banco	Certidão
6734873025	04/11/2021 15:36	comprovante de transferencia do valor ao Município	Juntada
6734873042	04/11/2021 15:36	comprovante	Outros documentos
6735158029	04/11/2021 15:39	comprovante de transferencia do valor ao Município	Intimação
6755528060	05/11/2021 11:52	Manifestação da Advocacia Pública	Manifestação da Advocacia Pública
6762928044	05/11/2021 15:10	MPMG-2021.11.05 - Proc 5003947-34.2021.8.13.0153 ANPC	Manifestação da Promotoria
6817793035	09/11/2021 11:06	Manifestação	Manifestação
6817073165	09/11/2021 11:06	COMPROVANTE DE PAGAMENTO JOSÉ AUGUSTO	Documento de Comprovação
6908263019	12/11/2021 20:39	Ofício	Ofício
6908263029	12/11/2021 20:39	Scan_01229	Decisão
8056893174	31/01/2022 13:28	Intimação	Intimação
8122358164	02/02/2022 19:25	MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES	Manifestação da Promotoria

8146138024	03/02/2022 18:49	Despacho	Despacho
8120458026	04/02/2022 13:23	Sentença de extinção	Juntada
8161867993	04/02/2022 13:23	Scan_01334	Sentença
8161848017	04/02/2022 13:24	Sentença de extinção	Intimação
8168098294	04/02/2022 16:42	Manifestação	Manifestação
8188118016	07/02/2022 11:04	MPMG-CIENTE O MP	Manifestação da Promotoria
8205598020	07/02/2022 17:45	Intimação	Intimação
8356117993	14/02/2022 18:08	MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES	Manifestação da Promotoria
8399668021	16/02/2022 13:06	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
8435173116	17/02/2022 17:03	AR recebido	Juntada
8435173123	17/02/2022 17:03	Scan_00113	Aviso de Recebimento

Em anexo.





3395
L

1ª VARA CÍVEL
COMARCA DE CATAGUASES

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº. : 0122895-98.2013.8.13.0153
Ação : Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa
Autor (a) : Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido : José Augusto Guerreiro Titoneli

Aos 19 de agosto de 2021, às 13:00 horas, nesta cidade e Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, no salão do Tribunal do Júri do Fórum "Dr. Afonso Henrique V. Resende", com base na Resolução nº. 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, Resolução nº. 03/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e no artigo 17, §1º, da Lei nº. 8.429/92, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito titular da Vara Criminal e de Execuções Penais, **Dr. João Carneiro Duarte Neto**, atuando em substituição nesta ação civil pública por ato de improbidade administrativa, foi ordenado ao Sr. Oficial Porteiro que procedesse, com as formalidades legais, ao pregão da parte e de seu respectivo procurador.

Apregoados, constatou-se a presença: de José Augusto Guerreiro Titoneli, acompanhado do seu advogado Dr. Leandro Rodrigues Bouzada - OAB/MG 133.460, e da representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Dra. Amanda Merlini Dutra Osipe.

Inicialmente, registro que, considerando a situação emergencial da saúde pública brasileira e mundial no tocante a pandemia de COVID-19, seguindo orientações dos Tribunais Superiores e do Ministério da Saúde, neste ato processual foi observada a distância mínima entre os presentes nas dependências deste Fórum, obrigatório o uso de máscaras de proteção individual, bem como foi disponibilizado fracos de álcool 70% aos participantes.

Os participantes foram indagados se integram o chamado "grupo de risco" definido pelo Ministério da Saúde e/ou se estão com sintomas gripais ou de Covid-19, tendo todos negado.





1ª VARA CÍVEL
COMARCA DE CATAGUASES

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

Com o escopo de evitar a propagação do novo coronavírus e, por conseguinte, resguardar a saúde dos envolvidos, a publicidade dos atos foi limitada aos atores processuais.

Posto isto, registra-se que a audiência da forma em que está sendo realizada não descumpre nenhuma recomendação das entidades de saúde pública, seja de cunho nacional, estadual ou local.

Aberta a audiência:

Diante da apresentação de acordo de não persecução cível pelo Ministério Público Estadual (ff. 3.318/3.323), questionado por este juízo, o requerido José Augusto Guerreiro Titoneli **declarou expressamente a voluntariedade de sua manifestação de vontade**, opinando favoravelmente a homologação judicial do termo.

Pelo MM Juiz de Direito foi decidido:

SENTENÇA PARCIAL DE MÉRITO

Considerando que a proposta ministerial de ff. 3.318/3.323 preencheu os requisitos legais.

Considerando que José Augusto Guerreiro Titoneli, devidamente assistido por procurador constituído, voluntariamente, aceitou os termos da não persecução civil.

Feitas estas considerações, nos termos do artigo 5º, §3º, da Resolução nº. 03/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e artigo 17, §1º, da Lei nº. 8.429/92, **HOMOLOGO** o acordo de não persecução civil entabulado entre o Ministério Público Estadual e José Augusto Guerreiro Titoneli às ff. 3.318/3.323.

Registro que, descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução civil, o Ministério Público Estadual deverá comunicar a este juízo, para fins de eventual rescisão e continuidade da instrução processual, bem como o reconhecimento das implicações sancionatórias contidas no próprio acordo entabulado.

Por fim, para se evitar atrasos e tumultos processuais em relação aos demais requeridos, determino o traslado das peças processuais de ff. 2.755/2.772, 3.317/3.323 e desta ata de audiência, formando-se novos autos.



1ª VARA CÍVEL
COMARCA DE CATAGUASES

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

Dito isso, DETERMINO:

1- Proceda a Serventia Judicial ao traslado das peças processuais de ff. 2.755/2.772, 3.317/3.323 e desta ata de audiência, formando-se novos autos com distribuição no Siscom ou PJe.

1.1- Exclua José Augusto Guerreiro Titoneli do polo passivo da ação civil pública nº. 0122895-98.2013.8.13.0153, alterando a etiqueta processual.

2- O requerido sai intimado do prazo de 05 (cinco) dias para depósito do valor de R\$ 648,36 (seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos) na conta-corrente nº. 6167-0, agência 1615-2, Banco do Brasil S.A. (cláusula quarta – f. 3.322). O comprovante de pagamento deverá ser carreado aos autos no mesmo prazo supra.

Formados os novos autos (determinação exarada no item 1):

3- Promova a Serventia Judicial a adoção das providências necessárias para a transferência do valor bloqueado na conta bancária de titularidade José Augusto Guerreiro Titoneli (ff. 2.766/2.772), com as devidas atualizações e correções monetárias, para a conta bancária do Município de Cataguases/MG.

4- Oficie-se o TRE/MG comunicando a suspensão dos direitos políticos do requerido pelo prazo de 08 (oito) anos, iniciados desta homologação do acordo de não persecução civil (cláusula terceira – f. 3.322).

5- Colacionado aos autos informação de descumprimento de quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução civil (deverá a Secretaria certificar a juntada de comprovante de pagamento constante no item 2), dê-se vista dos autos ao Ministério Público Estadual para elaboração de parecer.

5.1- Com o parecer ministerial, tornem-se os autos conclusos para eventual rescisão do acordo e continuidade da instrução processual.



1ª VARA CÍVEL
COMARCA DE CATAGUASES

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

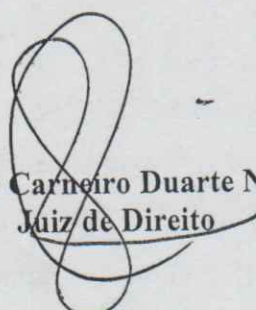
6- Adimplidas integralmente as obrigações constantes no termo de acordo de ff. 3.318/3.323, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Estadual para elaboração de parecer.

6.1- Com o parecer ministerial, tornem-se os autos conclusos para extinção do feito.

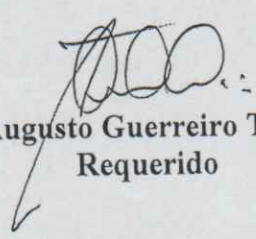
7- Os presentes saem intimadas do teor desta sentença parcial de mérito.

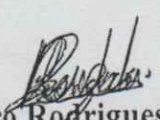
Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

Nada mais, vai devidamente assinado. Eu _____, Vinícius Martins de Mattos Russo, Estagiário de Direito, a digitei.


João Carneiro Duarte Neto
Juiz de Direito


Amanda Merlini Dutra Osipe
Promotora de Justiça


José Augusto Guerreiro Titoneli
Requerido


Leandro Rodrigues Bouzada
Advogado



Processo nº 0153.13.012289-5

Vistos etc,

O **Ministério Público do Estado de Minas Gerais** ajuizou a presente ação civil pública por ato de improbidade administrativa em desfavor de **Antônio Batista Pereira, Fausto Severino de Castro, Fernando Rodrigues do Amaral, João do Carmo Lima, José Augusto Guerreiro Titoneli, Michelângelo de Melo Correa, Ricardo Geraldo Dias e Sérgio Luiz**.

Alega, em apertada síntese, que foi instaurado inquérito civil visando apurar ato de improbidade praticado pelos requeridos, vereadores do município de Cataguases/MG no período de 2005/2008, ficando constatado através de perícia contábil que os mesmos receberam e utilizaram indevidamente verba indenizatória denominada "verba de gabinete" fixada pelas Resoluções nº 04/2004, 02/2005 e 01/2006, ao realizarem gastos com combustíveis sem justificativa ou comprovação documental de sua relação com o exercício da atividade legislativa.

Noticia que as Resoluções determinavam que o pagamento da "verba de gabinete" destinava-se a cobrir gastos dos vereadores relativos às postagens de correspondências, cópias xerográficas, assinaturas de jornais e revistas, de seu interesse e que de alguma forma contribuía para a melhoria de suas atividades legislativas, material de escritório, combustíveis e ainda viagens de interesse legislativo.

Sustenta que as verbas recebidas pelos requeridos não foram utilizadas em conformidade com as resoluções, tendo sido revertida para o interesse próprio e para suas despesas pessoais.

Ressalta que os prejuízos causados aos cofres públicos nos períodos de 2005/2008, foram no total de R\$187.588,28 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), segundo perícia contábil.



Pediu, liminarmente, a indisponibilidade dos bens necessários ao ressarcimento do dano causado aos cofres públicos no período de janeiro de 2005/2008, no valor de R\$187.588,28 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos).

É a síntese dos fatos.

Passo à apreciação do pedido de liminar.

A medida postulada pelo Órgão Ministerial, para que seja decretada a indisponibilidade de bens dos réus, tem amparo constitucional, prevendo o art. 37, §4º da Constituição da República de 1988 que:

"os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

A Lei n. 8.429/1992, por sua vez, prevê, em seu art. 7º:

"Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito".

No que tange ao caso concreto, compulsando os autos, verifico que os fatos narrados pelo Ministério Público baseiam-se no que foi apurado em inquérito civil público, sendo os documentos trazidos hábeis à demonstração dos requisitos autorizadores da medida cautelar pleiteada, de indisponibilidade de bens, como se verá a seguir.



A plausibilidade do direito invocado está presente, podendo ser verificada da perícia contábil que instrui o inquérito civil promovido pelo Ministério Público, realizada pela competente equipe do seu Centro de Apoio Técnico.

A prova técnica, juntada às fls. 36/2.754, aponta, em linha de princípio, indícios de que os réus utilizaram indevidamente verba indenizatória denominada “verba de gabinete”, no valor total de R\$187.588,28 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), no período de 2005 a 2008, quando exerciam as funções de vereadores do município de Cataguases/MG.

Parece-me, relevante, destacar o valor das verbas gastas por cada um dos requeridos. Imputa-se à Antônio Batista Pereira a utilização indevida da quantia de R\$32.142,44; a Fausto Severino de Castro o importe de R\$14.858,48; a Fernando Rodrigues do Amaral o valor de R\$35.005,28; a João do Carmo Lima R\$34.952,00; a José Augusto Guerreiro Titoneli a quantia de R\$15.064,32; a Michelângelo de Melo Correa o valor de R\$23.148,44; a Ricardo Geraldo Dias R\$12.905,92 e a Sérgio Luiz o importe de R\$19.511,40.

De plano, percebe-se a existência de indícios do cometimento de atos que, além de causarem danos ao erário e enriquecimento ilícito dos beneficiários, colidem, frontalmente, com princípios elementares da Administração Pública.

Quanto ao perigo da demora, o colendo STJ pacificou o seu entendimento no sentido de que ele é presumível nas ações de improbidade e ressarcimento ao erário, sendo despiciendo, para fins de decretação da indisponibilidade de bens do suposto agente causador do dano, que se comprove a tentativa de dilapidação dos bens ou o fundando receio de que ela venha a ocorrer.

Vejamos nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS INEXISTENTES.
(IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS.



DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. *PERICULUM IN MORA* PRESUMIDO NO ART. 7º DA LEI N. 8.429/92.)

1. Esta Corte Superior manifestou-se de forma clara, suficiente e adequada no sentido de que é pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual o *periculum in mora* em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92, ficando limitado o deferimento desta medida acautelatória à verificação da verossimilhança das alegações formuladas na inicial. Neste sentido, confirmam-se os seguintes precedentes: REsp 1.177.290/MT, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1º.7.2010, e REsp 1.135.548/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 22.6.2010.

2. As pretensões veiculadas nos embargos de declaração têm caráter meramente infringente, sem que, entretanto, existam os vícios do art. 535 do CPC no acórdão combatido. Os embargos de declaração têm objetivo estreito, não sendo meio para rejugamento da causa.

3. Embargos de declaração rejeitados (Edcl no REsp 1205119/MT, SEGUNDA TURMA, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 8.2.2011, grifei)

RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DOS BENS. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. ART. 7º DA LEI 8.429/1992. REVISÃO. FATOS. NÃO-CABIMENTO. SÚMULA 07/STJ.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem-se alinhado no sentido da desnecessidade de prova de *periculum in mora* concreto, ou seja, de que o réu estaria dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, exigindo-se apenas a demonstração de *fumus boni iuris*, consistente em fundados indícios da prática de atos de improbidade. Precedentes: REsp 1.203.133/MT, Rel. Ministro Castro Meira, REsp 967.841/PA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 08.10.2010, REsp 1.135.548/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJe 22.06.2010; REsp 1.115.452/MA, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 20.04.2010.

2. O Tribunal de origem, porém, em nenhum momento manifestou-se sobre a plausibilidade da responsabilidade imputada ao recorrido.

3. É vedada a imersão no conjunto fático-probatório da demanda, nos termos da Súmula 07/STJ, para a apreciação das provas documentais apontadas pelo recorrente, a fim de aferir se o recorrido incorreu ou não em dano ao erário ou enriquecimento ilícito. Precedentes.

4. Recurso especial não conhecido (REsp 1190846/PI, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 10/02/2011).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSIDERADO VIOLADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO



2739
del

STF, POR ANALOGIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 20, P. ÚN., DA LEI N. 8.429/92. NECESSIDADE DE AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DESTA CORTE SUPERIOR. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. *PERICULUM IN MORA* PRESUMIDO NO ART. 7º DA LEI N. 8.429/92. INDIVIDUALIZAÇÃO DE BENS. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, em síntese, indeferiu uma série de medidas cautelares propostas pelo recorrente, a saber: indisponibilidade de bens, afastamento do servidor alegadamente ímprobo do cargo e quebra de sigilos bancário e fiscal.
2. Nas razões recursais, sustenta a parte interessada ter havido ofensa aos arts. 7º, p. ún., da Lei n. 8.429/92 - ao argumento de ser cabível a indisponibilidade no caso concreto - e 20, p. ún., do mesmo diploma normativo - pois é imprescindível o afastamento do servidor considerado ímprobo do cargo na espécie. Além disso, alega, com base em outros precedentes judiciais, que a quebra de sigilos bancário e fiscal não exige esgotamento de outras instâncias de busca pelos dados a que se pretende ter acesso.
3. Não é possível conhecer do especial no que se refere ao cabimento da quebra de sigilos na espécie, uma vez que a parte recorrente não indicou dispositivos de legislação infraconstitucional federal que considerava violados, daí porque incide a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.
4. O acolhimento da pretensão recursal - no sentido de que seria imprescindível o afastamento do servidor alegadamente ímprobo - necessitaria de prévia reanálise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, razão pela qual incide, no ponto, o óbice da Súmula n. 7 desta Corte Superior.
5. No que se refere à indisponibilidade de bens do recorrido, importante pontuar que a origem manteve o indeferimento inicial do pedido ao entendimento de que não havia prova de dilapidação patrimonial, bem como pela não-especificação dos bens sobre os quais recairia a medida cautelar (fl. 163, e-STJ). Esta conclusão merece reversão.
6. É que é pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual o *periculum in mora* em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92, ficando limitado o deferimento desta medida acautelatória à verificação da verossimilhança das alegações formuladas na inicial. Precedentes.
7. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada pela desnecessidade de individualização dos bens sobre os quais se pretende fazer recair a indisponibilidade prevista no art. 7º, p. ún., da Lei n. 8.429/92, considerando a diferença existente entre os institutos da "indisponibilidade" e do "sequestro de bens" (este com sede legal própria, qual seja, o art. 16 da Lei n. 8.429/92). Precedentes.



8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido (REsp 967.841/PA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2010, DJe 08/10/2010, grifei).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. *PERICULUM IN MORA* PRESUMIDO NO ART. 7º DA LEI N. 8.429/92. INDIVIDUALIZAÇÃO DE BENS. DESNECESSIDADE.

1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa ao referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos.

2. No que se refere à indisponibilidade de bens do recorrido, importante pontuar que a acórdão decidiu pelo indeferimento do pedido ao entendimento de que não havia prova de dilapidação patrimonial, bem como pela não-especificação dos bens sobre os quais recairia a medida cautelar. Estas conclusões merecem reversão.

3. É que é pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual o *periculum in mora* em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92, ficando limitado o deferimento desta medida acautelatória à verificação da verossimilhança das alegações formuladas na inicial. Precedentes.

4. Da mesma forma, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada pela desnecessidade de individualização dos bens sobre os quais se pretende fazer recair a indisponibilidade prevista no art. 7º, p. ún., da Lei n. 8.429/92, considerando a diferença existente entre os institutos da "indisponibilidade" e do "sequestro de bens" (este com sede legal própria, qual seja, o art. 16 da Lei n. 8.429/92). Precedentes.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (REsp 1201559/MT, SEGUNDA TURMA, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 28.10.2010)

Diante do exposto, os bens dos réus devem ser indisponibilizados, para possibilitar que, em caso de procedência do pedido, o erário seja ressarcido dos prejuízos advindos de sua conduta.

Todavia, a indisponibilidade limitar-se-á, em relação a cada um dos réus, aos respectivos prejuízos causados individualmente.



2701
20

Ante todo o exposto, **defiro o pedido de provimento liminar** para decretar a indisponibilidade de bens de Antônio Batista Pereira até o valor de R\$32.142,44; Fausto Severino de Castro até a quantia de R\$14.858,48; Fernando Rodrigues do Amaral até o total de R\$35.005,28; João do Carmo Lima até o importe R\$34.952,00; José Augusto Guerreiro Titoneli até a quantia de R\$15.064,32; Michelângelo de Melo Correa até o valor de R\$23.148,44; Ricardo Geraldo Dias até a quantia de R\$12.905,92 e Sérgio Luiz até o importe de R\$19.511,40.

Em consequência da presente decisão, determino que:

a) seja feito o bloqueio de saldos e aplicações financeiras até os limites acima definidos, junto às instituições financeiras, através do Sistema BACENJUD;

b) seja oficiado ao DETRAN/MG para que informe sobre a existência de bens em nome dos requeridos e, se for o caso, que seja lançado impedimento judicial de transferência, informando tudo a este juízo no prazo de 10(dez) dias;

c) Sejam oficiados os Ofícios de Registro de Imóveis localizados nos municípios que compõem a Comarca para que informem, em 10(dez) dias, a existência de bens em nome dos réus e, caso afirmativo, que seja averbada a indisponibilidade dos mesmos;

d) seja oficiada a Justiça Eleitoral para que, com a maior brevidade possível, forneça a declaração de bens apresentada pelos requeridos nas últimas eleições municipais de que participaram;

e) seja oficiada à Receita Federal para que, no prazo de 10(dez) dias, forneça cópia da última declaração de imposto de renda dos requeridos.

Lembro aos requeridos que depois de procedido ao bloqueio de bens, este Juiz procederá à liberação daqueles que não sejam necessários ao ressarcimento ao erário.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

2762

322

Por fim, tudo cumprido, notifiquem-se os réus, por mandado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecerem manifestação escrita, podendo instruí-la com documentos e justificações, nos exatos termos do §7º do art. 17 da Lei 8.429/1992.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cataguases, 17 de fevereiro de 2014.

Eduardo Rabelo Thebit Dolabela

Juiz de Direito

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
RECEBIMENTO
Em 25 de 02 de 2014
recebi os presentes autos.
O(A) Escrivão(a) Dee



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

2763
De

Processo nº 0153.13.012289-5

Vistos, etc.

Defiro o bloqueio da importância declarada como indisponível.

Junte-se o documento expedido pelo Banco Central.

A fim de viabilizar o bloqueio de valores através do BACENJUD, intime-se o Ministério Público para fornecer o número de CPF correto do requerido Antônio Batista Pereira, já que aquele informado na inicial pertence a pessoa estranha ao processo.

Cataguases, 20 de maio de 2014.

Eduardo Rabelo Thebit Dolabela

Juiz de Direito

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

RECEBIMENTO

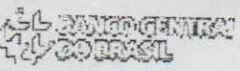
Em 09 de 06 de 2014.

PROCURADOR GERAL


O(A) Escrivão(a)

De

M

	BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário	ejubn.ANDRESSAPS quarta-feira, 04/06/2014
Minutas Ordens judiciais Contatos de I. Financeira Relatórios Gerenciais Ajuda Sair		

Visualização dos Dados do Bloqueio de Valores Original

 Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20140001519496
Data/Horário de protocolamento:	26/05/2014 17h53
Número do Processo:	0153130122895
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA MINAS GERAIS
Vara/Juízo:	18902 - 1ª Vara Cível
Juiz Solicitante do Bloqueio:	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Relação dos Réus/Executados

Réu/Executado	Valor a Bloquear	Contas e Aplicações Financeiras Atingidas
029.913.916-34 :RICARDO ALDO DIAS	12.905,92	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
193.644.076-87 :FAUSTO SEVERINO DE CASTRO	14.858,48	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
927.299.836-00 :MICHELANGELO DE MELO CORREA	23.148,44	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
331.652.706-00 :JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI	15.064,32	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
113.290.766-72 :JOAO DO CARMO LIMA	34.952,00	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
411.175.906-82 :SERGIO LUIZ	19.511,40	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
334.086.456-04 :FERNANDO RODRIGUES DO AMARAL	35.005,28	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

[Voltar](#)

2768
Jr

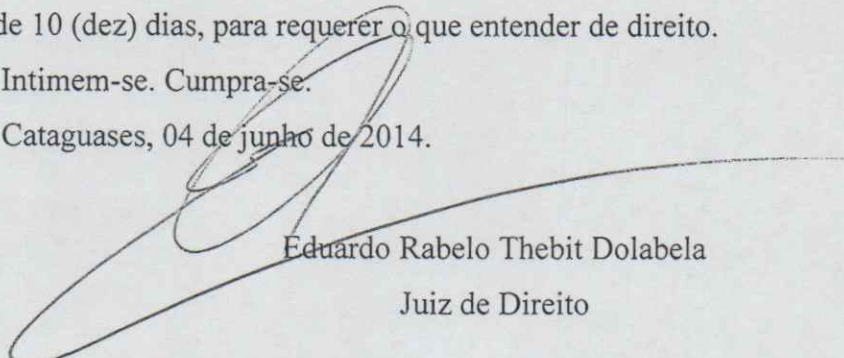
Processo nº 0153.13.012289-5

Vistos, etc.

Diante da existência de saldos irrisórios, dê-se vista ao Ministério Público, pelo prazo de 10 (dez) dias, para requerer o que entender de direito.

Intimem-se. Cumpra-se.

Cataguases, 04 de junho de 2014.


Eduardo Rabelo Thebit Dolabela
Juiz de Direito

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

RECEBIMENTO

Em 09 de 06 de 2014.

recebi os presentes autos.

O(A) Escrivão(a)



M



Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique [aqui](#) para obter ajuda na configuração da impressão, e clique [aqui](#) para imprimir.

Dados do bloqueio

Situação da Solicitação:	Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20140001519496
Número do Processo:	0153130122895
Tribunal:	TRIB DE JUSTICA MINAS GERAIS
Vara/Juízo:	18902 - 1ª Vara Cível
Juiz Solicitante do Bloqueio:	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados [clique aqui](#).

113.290.766-72 - JOAO DE CARMO LIMA

Valor Bloqueado (Bloqueio original e reinterações): R\$ 907,60 | Quantidade atual de não pagos: 0,00

Respostas

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	34.952,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 907,60	907,60	27/05/2014 20:45
Ação	-			Valor		

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

193.644.076-87 - FAUSTO SEVERINO DE CASTRO

Valor Bloqueado (Bloqueio original e reinterações): R\$ 0,00 | Quantidade atual de não pagos: 0,00

Respostas

BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	14.858,48	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	27/05/2014 00:54

Nenhuma ação disponível

2767

BCO MERCANTIL DO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	14.858,48	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	26/05/2014 21:35

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

331.652.706-00 -

Respostas**BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas**

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	15.064,32	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 11.569,56	11.569,56	27/05/2014 06:28

Ação

-

Valor

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	15.064,32	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 8.899,30	8.899,30	27/05/2014 20:45

Ação

-

Valor

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	15.064,32	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 1.612,53	1.612,53	27/05/2014 03:29

Ação

-

Valor

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente	Data/Hora Cumprimento
---------------------	---------------	------------------	-------------	-----------------	------------------------------	-----------------------

26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	15.064,32	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	(R\$) 0,00	26/05/2014 19:27
Nenhuma ação disponível						
Não Respostas						
Não há não-resposta para este réu/executado						

334.086.456-04 - FERNANDO RODRIGUES DO AMARAL

Total bloqueado (bloqueio original e retificações): R\$ 79,77 [Quantidade atual de não resposta: 0]

Respostas

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	35.005,28	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 79,77	79,77	27/05/2014 20:45
Ação -				Valor		

BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	35.005,28	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	27/05/2014 06:28
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	35.005,28	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	26/05/2014 22:52
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

411.175.906-82 - FENILSO LUIZ

Total bloqueado (bloqueio original e retificações): R\$ 62,59 [Quantidade atual de não resposta: 0]

Respostas

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	19.511,40	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 56,88	56,88	27/05/2014 03:29

2769
D2

Ação -

Valor

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	19.511,40	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 5,71	5,71	27/05/2014 20:45

Ação -

Valor

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	19.511,40	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	26/05/2014 19:27

Nenhuma ação disponível

BCO MERCANTIL DO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	19.511,40	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	26/05/2014 21:35

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

829.913.916-34 - RICARDO GERALDO DIAS

Total Bloqueado (bloqueio original e retensões): R\$ 8,19 [quantidade atual de não respostas: 0]

Respostas**BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas**

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	12.905,92	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 8,19	8,19	27/05/2014 20:45

Ação -

Valor

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	12.905,92	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	26/05/2014 19:27

Nenhuma ação disponível

BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	12.905,92	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	27/05/2014 00:54

Nenhuma ação disponível

BCO MERCANTIL DO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	12.905,92	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	26/05/2014 21:35

Nenhuma ação disponível

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	12.905,92	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	27/05/2014 03:29

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

927.299.836-00 - MICHELANGELO DE MELO CORREA

[Total bloqueado (bloqueio original e rolloverBas): R\$ 23.17] [Quantidade atual de não respostas: 0]

Respostas**BCO BRASIL/ Todas as Agências/ Todas as Contas**

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 18,64	18,64	27/05/2014 06:28

Ação

-

Valor

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
		EDUARDO		(03) Cumprida parcialmente por		

26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	insuficiência de saldo. 3,10	3,10	27/05/2014 20:45
---------------------	-------------	------------------------------	-----------	------------------------------------	------	---------------------

Ação -

Valor

27/05/2021

BCO SANTANDER/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 0,43	0,43	27/05/2014 05:30

Ação -

Valor

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	26/05/2014 19:27

Nenhuma ação disponível

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R\$)	Resultado (R\$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R\$)	Data/Hora Cumprimento
26/05/2014 17:53	Bloq. Valor	EDUARDO RABELO THEBIT DOLABELA	23.148,44	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	27/05/2014 03:29

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas

Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência

Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrão
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	Ministério Público do Estado de Minas Gerais	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:		

	<div>-</div>
Código de Depósito Judicial:	<div>-</div>

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUBN. EDOLABELA
--	------------------

[Conferir Ações Selecionadas](#) [Voltar](#)

[Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem](#) [Marcar Ordem Como Não Lida](#)

[Dados do Bloqueio Original](#)

2772
30





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES

RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45

CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026

E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

Comarca de Cataguases – 1ª Vara Cível

Processo nº 0122895-98.2013.8.13.0153

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIDO: ANTONIO BATISTA PEREIRA E OUTROS

AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

FORUM CATAGUASES 3725

26/02/21 13:50

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu Promotor de Justiça que esta subscreve, nos autos do processo de **AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** que move em face de **ANTONIO BATISTA PEREIRA E OUTROS**, já qualificados, vem apresentar manifestação, fazendo-o nos seguintes termos:

Consoante documentado nos autos, os réus JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELLI e JOÃO DO CARMO LIMA manifestaram interesse na realização de Acordo de Não Persecução Cível, na forma do permissivo legal inscrito no artigo 17, §1º, da Lei n.º 8.429/1992.

Nesta senda, uma vez notificados extrajudicialmente, os requeridos compareceram nesta Promotoria, sendo formalizado o respectivo Acordo de Não Persecução Cível, onde se estabeleceu as seguintes sanções:

- i) Ressarcimento integral do dano experimentado pelo erário municipal;
- ii) Multa civil;
- iii) Suspensão dos Direitos Políticos.

Com efeito, uma vez observado os termos inscritos na resolução do Conselho Nacional do Ministério Público n.º179/2017, bem como na resolução do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES

RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45

CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026

E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

n.º003/2017, quadra submeter o termos dos acordos em anexo à homologação deste Juízo a fim de produzir os efeitos pactuados, promovendo-se seu respectivo cumprimento.

Ante o exposto, requer-se:

- i) A juntada dos acordos de não persecução cível *em anexo*, promovendo-se sua respectiva homologação judicial;
- ii) Uma vez homologado, seja oficiado a Justiça Eleitoral local comunicando a suspensão dos direitos políticos dos compromissários, nos termos da cláusula terceira do acordo.

Pede Deferimento.

Cataguases, 19 de fevereiro de 2021.


Amanda Merlini Dutra Osipa
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL

Ação Civil de Improbidade n.º 0122895-98.2013.8.13.0153

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio da Promotora de Justiça atuante perante a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cataguases, Dra. Amanda Merlini Dutra Osipe, doravante denominado “COMPROMITENTE”, de um lado, e, de outro, JOSÉ AUGUSTO GUERREIRO TITONELI, brasileiro, casado, servidor público, vereador, CPF nº 331.652.706-00, filho de Manoel Augusto Fomes Titoneli e Conceição Aparecida Guerreiro Titoneli, residente na rua Dr. Lobo Filho, nº 43, apto. 402, centro, Cataguases/MG, acompanhado de seu advogado LEANDRO RODRIGUES BOUZADA, OAB-MG n.º 133.460, doravante denominado “COMPROMISSÁRIO”, resolvem, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública), na forma da Resolução nº 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 3/2017 do Conselho Superior do Ministério Público, firmar o seguinte Termo de Compromisso:

CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da CRFB/88 dispõe que compete ao Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”;

1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES

RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR


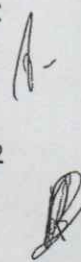
CONSIDERANDO que o artigo 37 da Constituição Federal dispõe que: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”;

CONSIDERANDO que o §4º, do artigo 37 da Constituição Federal, dispõe que: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”;

CONSIDERANDO que a Lei 7.347, de 24.07.1985, secundando a Constituição de 1988, em seu art. 5º, I, legitima o Ministério Público a propor a ação principal e a ação cautelar, bem como no § 6º do mesmo dispositivo define que os órgãos públicos legitimados – dentre os quais, naturalmente, o Ministério Público – poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

CONSIDERANDO que os princípios e as normas estatuídas pelo Código de Processo Civil de 2015 incorporaram mecanismos de autocomposição de conflitos, cuja diretriz eleva os poderes da ação resolutiva, superando-se a forma rígida, tradicional e única de realização dos direitos por meio da imposição estatal da sentença;

CONSIDERANDO que, sem embargo da indisponibilidade do interesse público, como qualidade imanente ao regime jurídico público, o Ordenamento Jurídico Brasileiro vem, progressivamente, positivando instrumentos de natureza consensual e premial no âmbito dos mais diversos ramos do direito público, especialmente na esfera do direito sancionador (direito administrativo sancionador e direito penal), criando verdadeiro microssistema, conforme segura doutrina do professor Diogo Moreira Neto:

 2 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES

RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45

CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026

E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

2314
3319
+

*O Direito que regula a Administração Pública, formal e materialmente considerada, carece de normas que incentivem, através de prêmios, os particulares à realização de determinados comportamentos. De igual modo, esse ramo jurídico necessita da força do consenso. Os acordos, a participação dos cidadãos, a administração consensual dos interesses públicos, tudo isso integra a nova realidade e o panorama do Direito Administrativo desse século. Porém, ao lado dessas normas premiais e consensuais, pensamos que persistem, fortes e revigoradas, as normas sancionatórias. **Sem essa perspectiva sancionatória, muitos acordos não se celebrariam.** Um acordo é mais facilmente travado ante a perspectiva de sancionamento de condutas reprováveis, **porque uma das premissas que estimulam o consenso é a busca da mitigação ou eliminação dos possíveis prejuízos advindos da não celebração dos acordos.** (MOREIRA NETO. Diogo de Figueiredo. Uma Avaliação das Tendências Contemporâneas do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Ed Renovar. 2003, p.318)*

CONSIDERANDO que dentro desta posituação do direito consensual e premial no âmbito sancionador destacam-se os seguintes instrumentos: **i)** Compromisso de Cessação de prática lesiva no âmbito das infrações econômicas, firmado pelo CADE (artigo 85, da Lei nº 12.529/2011); **ii)** Acordo de Leniência no âmbito das infrações econômicas, firmado pelo CADE (artigo 86, da Lei nº 12.529/2011); **iii)** Acordo de Leniência no âmbito da prática de atos de corrupção contra a Administração Pública nacional e estrangeira (artigo 16, da Lei nº 12.846/2013); **iv)** Transação Penal no âmbito dos crimes de menor potencial ofensivo, facultando ao Ministério Público

3



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES

RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

acordar junto ao acusado quanto a aplicação consensual de sanção penal restritivas de direito (artigo 76, da Lei nº 9.099/1995); v) Colaboração Premiada no âmbito dos crimes perpetrados no contexto de organizações criminosas, firmado pelo Ministério Público (artigo 4º, caput e §2º, da Lei nº 12.850/2013);

CONSIDERANDO que, em vista de tal evolução legislativa, houve recente alteração da redação do §1.º, do artigo 17, da Lei n.º 8.429/92, passando a admitir a formalização de acordo em caso de atos de improbidade, *in verbis*:

Art. 17.....

§ 1º As ações de que trata este artigo admitem a celebração de acordo de não persecução cível, nos termos desta Lei.

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, ao regulamentar o disposto no § 6.º do art. 5.º da Lei nº 7.347/1985 (termo de ajustamento de conduta), previu no §2.º, do artigo 1º, da **Resolução nº179/2017** que: “§ 2º É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado”;

CONSIDERANDO que o §3.º do artigo 5.º da referida Resolução dispõe que o “Compromisso de Ajustamento de Conduta tomado **na fase judicial será submetido à homologação do respectivo juízo, sem prejuízo de sua comunicação pelo órgão de execução ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de registro**”;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas Mineiro, em diversas decisões, reconheceu que as concessões de verbas de gabinete para fins de abastecimento de

4





230-
MP
3320
+

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES

RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45

CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026

E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

carros particulares caracterizam majoração indevida da remuneração dos *edís*, em clara situação de enriquecimento pessoal, *in verbis*:

Nesse contexto, não há falar em 'instituição de quota mensal de fornecimento de combustível', porque tal quota configuraria, na prática, um acréscimo ao subsídio mensal estipulado aos Vereadores Municipais em contramão ao que determina a Constituição Federal.

É evidente, no entanto, que a instituição do subsídio não veda o pagamento aos agentes políticos de parcela de natureza indenizatória por uma 'aplicação pura e simples de um princípio geral de direito que impõe a quem quer que cause prejuízo a outrem o dever de indenizar'. Só que parcela indenizatória, que seria a compensação pecuniária de gastos efetuados pelo agente político no exercício de suas atribuições, pressupõe que tenha havido um gasto, que este gasto tenha sido devidamente comprovado e que a sua compensação se faça de acordo com esse valor comprovado, por meio de regular prestação de contas.

Nesse contexto, a simples estipulação de um valor fixo mensal que, pela sua natureza, não tem caráter indenizatório e, sim, remuneratório, significaria, frise-se, acréscimo inconstitucional ao subsídio mensal estipulado.

Ademais, a aludida "quota mensal" de combustível fere o interesse público e o inderrogável princípio da moralidade, insculpido no caput do art. 37 do Texto Constitucional, uma vez que não há como se comprovar que tal quota serviria, tão-somente, para o estrito exercício das funções legislativas.

Pelo exposto, entendo como inconstitucional o estabelecimento

5





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

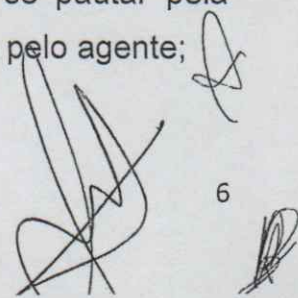
de quota mensal de combustível, nos termos do segundo quesito da consulta apresentada. (TCE-MG, Consulta nº 699.083, de 03/08/05, do Relator Conselheiro Simão Pedro Toledo)

CONSIDERANDO que o Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa (processo n.º 0122895-98.2013.8.13.0153) em face do **COMPROMISSÁRIO**, tendo por objeto responsabilizá-lo em virtude da utilização indevida, na qualidade de Vereador, de verba pública de gabinete para fins de abastecimento de carros particulares, incidindo na tipologia da improbidade por enriquecimento pessoal, inscrita no artigo 9º, XI e XII, da Lei n.º 8.429/1992;

CONSIDERANDO que na referida demanda, conforme espelhado em laudo técnico contábil, apurou-se, em relação ao **COMPROMISSÁRIO**, uma enriquecimento pessoal na ordem de R\$3.766,08 (três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oito centavos);

CONSIDERANDO que para fins de dosimetria das sanções a **Resolução CSMP n.º 03, de novembro de 2017**, ao regulamentar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Compromisso de Ajustamento de Conduta envolvendo hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, prevê que deverão ser observados os **princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência (art. 2, “caput”)**, e que **o grau de censura da conduta do compromissário** deverá ser considerado para fins de definição das condições (art. 4.º, “caput”);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 12, *caput* e parágrafo único, da Lei n.º 8.429/1992, as cominações decorrentes do ato de improbidade administrativa podem ser aplicadas *isolada ou cumulativamente*, devendo a dosimetria se pautar pela *gravidade do fato, a extensão do dano e o proveito patrimonial obtido pelo agente*;


6





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

CONSIDERANDO que a Resolução CSMP n.º 03/2017 prevê, além da cessação do envolvimento do compromissário com o ato ilícito (art. 3.º, I), do compromisso de reparação integral do dano sofrido pelo erário (art. 3.º, II), e do estabelecimento de multa cominatória (art. 3.º, IV), **a necessidade de previsão de umas das condições previstas em seu art. 4.º;**

CONSIDERANDO que, em atenção aos parâmetros supracitados, bem como ao modelo de condenação estipulado na própria exordial, vislumbra-se, *in casu*, como cominações suficientes e adequadas a reprimir e, principalmente, prevenir os ilícitos apurados, a aplicação das medidas seguintes medidas (inciso III, do artigo 12, da Lei n.º 8.429/1992:

- i) **ressarcimento integral do dano (enriquecimento pessoal), na ordem de R\$3.766,08 (três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oito centavos);**
- ii) **pagamento de multa civil na fração de 3 (três) vezes o valor do enriquecimento, alcançando o montante de R\$11.298,24 (onze mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos);**
- iii) **suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 8 (oito) anos (renúncia ao direito de candidatar-se a cargos públicos eletivos, por 8 anos);**

CONSIDERANDO que o valores de ordem econômica atingem o montante global de **R\$15.064,32 (quinze mil, sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos)**, e já encontram-se depositados em conta judicial a título de indisponibilidade desde o início da presente demanda, razão pela qual desnecessária nova atualização do montante



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

devido, devendo a correção e juros do rendimento bancário decorrentes de depósito judicial serem revertidos em favor do Município de Cataguases, a título de acessórios;

RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE COMPROMISSO COM FORÇA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL (art. 5º, §6.º da lei n.º 7.347/1985), MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O COMPROMISSÁRIO reconhece a prática dos fatos imputados na exordial (processo n.º 0122895-98.2013.8.13.0153), para fins exclusivos de responsabilização na esfera cível (improbidade administrativa).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A celebração do Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público não afasta eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no termo. (Artigo 2º, da Resolução n.º 003/2017, do CSMP-MG)

CLÁUSULA SEGUNDA – O COMPROMISSÁRIO se obriga a ressarcir ao Município de Cataguases o valor de R\$15.064,32 (quinze mil, sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos), a título de reparação em razão do enriquecimento indevido e multa civil, cujo total global depositado na conta judicial n.º 200111091106, Agência n.º 025-6, Banco do Brasil, em virtude da correção e rendimento bancário que incide desde a decretação da indisponibilidade, devem ser integralmente revertidos em favor do referido Ente Municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O ressarcimento do valor acima indicado será concretizado através da **transferência bancária do valor total depositado** na conta

8





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

judicial nº **200111091106**, Agência n.º **025-6**, Banco do Brasil para a conta bancária do Município de Cataguases;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O não pagamento do valor acordado implicará na incidência automática de multa de 20% sobre valor global inadimplido, correção monetária e juros legais de 1% ao mês;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Eventual multa aplicada nos termos do parágrafo anterior deverá ser paga mediante depósito bancário em favor do Fundo Especial do Ministério Público de MG –**FUNEMP**, na Conta Corrente nº 6167-0, do Banco do Brasil S.A., Agência nº 1615-2, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis (Artigo 18, Ato CGMP Nº 2, de 2 de janeiro de 2017).

CLÁUSULA TERCEIRA – Para os fins de implementação da sanção de suspensão dos direitos políticos, o COMPROMISSÁRIO renuncia expressamente ao direito de concorrer a todo e qualquer cargo público eletivo, pelo período de 8 (oito) anos, contados a partir da homologação judicial do acordo;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Homologado judicialmente a presente cláusula, a presente renúncia será comunicada à Justiça Eleitoral para fins de registro;

CLÁUSULA QUARTA – O COMPROMISSÁRIO se obriga a pagar proporcionalmente o valor despendido para fins de perícia técnica ministerial, no valor de R\$648,36 (seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos), efetuando a quitação mediante depósito bancário em favor do Fundo Especial do Ministério Público de MG –**FUNEMP**, na Conta Corrente nº 6167-0, do Banco do Brasil S.A., Agência nº 1615-2, a ser apresentada nos autos do processo n.º 0122895-98.2013.8.13.0153, no prazo de 05 (cinco) dias, após a sua homologação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES

RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 – CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45

CATAGUASES – MG – CEP: 36770-060 – TELEFAX: (32) 3694-6026

E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

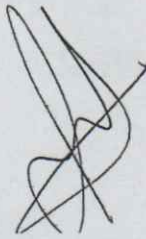

CLÁUSULA QUARTA – O COMPROMISSÁRIO se obriga, doravante, em sua *atuação concreta* como agente público, a não utilizar verba pública para enriquecimento pessoal, em especial as relativas a verbas de natureza indenizatória, utilizando-as, exclusivamente, ao custeio de despendidos vinculados à função pública a ser desempenhada.

CLÁUSULA QUARTA – Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua homologação judicial e terá eficácia de **título executivo judicial**, inclusive com relação às cominações de multa, na forma do artigo 515, II, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA QUINTA - O foro competente para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Não Persecução Cível é o da comarca de Cataguases, Minas Gerais.

CLÁUSULA SEXTA – O presente acordo será submetido a homologação judicial nos autos da ação civil de improbidade administrativa n.º 0122895-98.2013.8.13.0153, com requerimento, após sua homologação e comunicação à Justiça Eleitoral, de extinção com resolução do mérito (art. 487, inciso III, “b”, do CPC) em relação exclusivamente ao COMPROMISSÁRIO, não produzindo qualquer efeito em relação aos demais réus, e comunicado ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de registro (cf. art. 5.º, §3.º, da Resolução CSMP n.º03/2017).

CLÁUSULA SÉTIMA – Homologado judicialmente o termo, será instaurado procedimento administrativo nesta Promotoria de Justiça para acompanhar o cumprimento do acordo, cf. previsão art. 1.º, inciso IV, da Resolução Conjunta PGJ/CGMP n.º 1, de 28 de agosto de 2019.

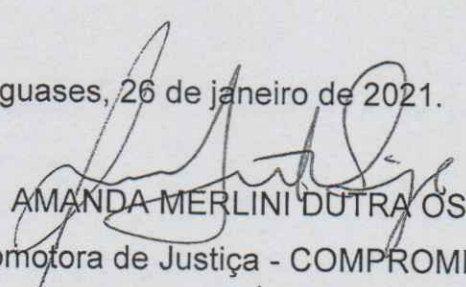

10 

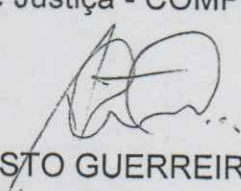


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES
RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45
CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026
E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

E, por estarem de acordo, firmam o presente termo de ajustamento de conduta a Promotora de Justiça Amanda Merlini Dutra Osipe, o COMPROMISSÁRIO e seu advogado.

Cataguases, 26 de janeiro de 2021.


AMANDA MERLINI DUTRA OSIPE
Promotora de Justiça - COMPROMITENTE


JOSÉ AUGUSTO GUERREIRO TITONELI
COMPROMISSÁRIO


LEANDRO RODRIGUES BOUZADA
OAB 133.460/MG



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

Documento padronizado no SEI nº 0079567-82.2019.8.13.0000

CERTIDÃO DE TRIAGEM

PROCESSO Nº: 5003947-34.2021.8.13.0153

CLASSE: [CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

ASSUNTO: [Transação]

PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS CPF: 20.971.057/0001-45, JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI CPF: 331.652.706-00

Certifico que:

- 1 - () não está correta a classe processual / vinculação de assuntos;
- 2 - () não houve juntada de comprovante de recolhimento das custas;
- 3 - () há divergência entre o valor recolhido e o valor efetivo da causa, mencionado na petição inicial;
- 4 - () a parte autora não está regularmente representada;
- 5 - () não houve marcação no sistema do pedido de segredo de justiça, de justiça gratuita, de liminar ou de antecipação de tutela, constante na petição inicial;
- 6 - () não foram apresentados os seguintes documentos relacionados na inicial _____



7 - () há outro processo envolvendo mesmas partes, objeto e causa de pedir, nesta comarca, conforme pesquisa no SISCOM/PJE – Processo nº _____

8 - () trata-se de Cumprimento de Sentença de processo originário de outro sistema. Processo nº _____

9 - (x) realizada a conferência inicial, foram feitas, de ofício, as seguintes retificações : inserção do Município de Cataguases como terceiro interessado.

10 - (x) realizada a conferência inicial, os documentos apresentados e as informações inseridas no sistema estão em conformidade com as orientações da CGJ (Novo Código de Normas da Corregedoria – Provimento 355);

11 - () há outras ações ajuizadas pelo mesmo autor (só para autor Pessoa Física) conforme pesquisa realizada no banco de dados do PJe;

12- () não houve juntada de comprovante de endereço pela parte autora.

Cumprindo despacho já constante dos autos, passo a intimação do Município para posterior expedição de ofício ao Banco do Brasil.

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica.

SANDRA RAMOS DE OLIVEIRA





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

PROCESSO Nº: 5003947-34.2021.8.13.0153

CLASSE: [CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS e outros

INTIMADO O MUNICÍPIO A DECLINAR CONTA PARA RECEBIMENTO DOS VALORES,
CONFORME ATA DE AUDIENCIA.

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica.

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006



M.M. JUÍZO.

MUNICIPIÓ DE CATAGUASES EM ATENDIMENTO AO DESPACHO RETRO, INFORMA QUE O VALOR DEVE SER DEPOSITADO NA CONTA 21-0 DE SUA TITULARIDADE NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA 0108, OPERAÇÃO 006.

NESES TERMOS,

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

OFÍCIO Nº 5003947.34.2021.8.13.0153

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a) Gerente

Banco do Brasil

Rua Paulino Fernandes, nº 26, centro

Cataguases/MG

ASSUNTO:

PROCESSO nº: 5003947-34.2021.8.13.0153

CLASSE: [CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, JOSE AUGUSTO GUERREIRO
TITONELI

Senhor(a),

Em atenção ao requerido nos autos do processo acima mencionado, **requisito que proceda a transferência do valor da conta judicial 200111091106, em anexo, para conta de titularidade do Município de Cataguases, CNPJ 17.702.499/0001-81, conta 21-0, Caixa Econômica Federal, Ag 0108, Operação 006.**



Atenciosamente,

NOME DO MAGISTRADO

Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006



2187
C

CATAGUASES (MG), 11 de Julho de 2014 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: 0153130122895
Reu: JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONEL
CPF/CNPJ: 331.652.706-00
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO D
CPF/CNPJ: Não informado
Valor original: R\$ 11.569,56
Agência depositária: 25 - 6 CATAGUASES
N.º da conta judicial: 200111091106
N.º da parcela: 1
Data do depósito: 10.07.2014
Depositante: JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONEL

FORUM CATAGUASES 0444928 11/JUL/2014 16:45

Respeitosamente,

Sebastião Coelho Filho
GERENTE DE SERVIÇOS
8.925.519-1

Banco do Brasil S.A.
CATAGUASES
R. PAULINO FERNANDES, 13
CATAGUASES - MG .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
1 VARA CIVEL
CATAGUASES - MG .



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

COMARCA DE CATAGUASES/1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases/MG

PROCESSO Nº: 5003947-34.2021.8.13.0153

CLASSE: [CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, JOSE AUGUSTO GUERREIRO
TITONELI

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que enviei o Ofício ao banco do Brasil.

CATAGUASES, 28 de outubro de 2021.

NOME

CARGO

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº 5003947-34.2021.8.13.0153

[CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI

Certifico e dou fé que, junto aos autos o(s) seguinte(s) documento(s): Comprovante de transferencia para conta do Município.

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006



Agendamento de Resgate Justiça Estadual

Numero de Protocolo : 0000000055283928
Processo : 0153130122895
Numero do Alvará : RBM5003947
Data do Alvará : 26/10/2021
Data do Levantamento : 04/11/2021
Beneficiário : MUNICIPIO DE CATAGUASES
CPF/CNPJ : 17.702.499/0001-81
Agência do Resgate : 0025 CATAGUASES

DADOS DO RESGATE
Valor do Capital : R\$ 15.064,32
Valor dos Rendimentos: R\$ 7.030,81
Valor Bruto Resgate : R\$ 22.095,13
Valor do IR : R\$ 0,00
Valor Líquido Resgate: R\$ 22.095,13

DADOS DO CRÉDITO
Finalidade : Transf. entre Bancos
Banco : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência : 0108
Conta : 00000000021-0
Titular da Conta : MUNICIPIO DE CATAGUASES
CPF/CNPJ : 17.702.499/0001-81
Valor Líq. Pagamento : R\$ 22.095,13
Previsão do Pagamento: 04/11/2021
INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Conta Resgatada : 0200111091106

=====

Autenticação Eletrônica: EB06F9B050893525

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site www.bb.com.br, no menu Judiciário > Serviços Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes. Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº 5003947-34.2021.8.13.0153

[CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI

Certifico e dou fé que, junto aos autos o(s) seguinte(s) documento(s): Comprovante de transferencia para conta do Município.

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006



CIENTE.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CATAGUASES

RUA MAJOR VIEIRA, Nº 189 - CENTRO, CNPJ 20.971.057/0001-45

CATAGUASES - MG - CEP: 36770-060 - TELEFAX: (32) 3694-6026

E-MAIL: PJ1CATAGUASES@MPMG.MP.BR

1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases/MG

Autos n.º: 5003947-34.2021.8.13.0153

Partes: José Augusto Guerreiro Titoneli

Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais.

Homologação de Transação Extrajudicial

MM. Juíza,

Requer seja intimado o compromissário José Augusto Guerreiro Titoneli para que junte aos autos comprovante de pagamento do valor de R\$ 648,36 referentes à **cláusula quarta** (ID. 6315948032, pág. 09), sob pena de multa e seus consectários legais.

Na oportunidade, requer seja certificado pela diligente Secretaria do Juízo se fora remetido ofício ao TRE/MG para comunicar a suspensão dos direitos políticos do compromissário, e em caso negativo, seja remetido e certificado nos autos, conforme acordado em audiência (ID. 6312283016, pág. 03).

Pede deferimento.

Cataguases, 05 de novembro de 2021.

Amanda Merlini Dutra Osipe
Promotora de Justiça



EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATAGUASES-MG

AUTOS nº 5003947-34.2021.8.13.0153

JOSÉ AUGUSTO GUERREIRO TITONELI, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio do advogado que lhe subscreve, anexar o comprovante de pagamento, conforme foi convencionado entre as partes na cláusula quarta do acordo extrajudicial.

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

Astolfo Dutra, 09 de Novembro de 2021.

Leandro Rodrigues Bouzada

OAB/MG nº 133.460



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
19/08/2021 - Autoatendimento - 13:39:48
002570553 0089

DEPOSITO IDENTIFICADO
DA CONTA CORRENTE PARA CONTA CORRENTE

CLIENTE: JOSE A. G. TITONELI
AGÊNCIA: 0.025-6 CONTA: 18.617-1

FAVORECIDO
AGENCIA: 1615-2 CONTA: 6.167-0
CLIENTE: P F E M PUBLICO MG FUNEMP
VALOR: 648,36

IDENTIFICADOR:
1 = 00000033165270600

NAO SERA COBRADA CPMF
O Seguro Auto do BB protege seu veículo
garantindo comodidade, segurança e benefícios.
Saiba mais em bb.com.br/seguros

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

OFÍCIO Nº 5003947-34.2021.8.13.0153

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica.

MM Juiz

Cartório Eleitoral

Rua Coronel Antônio Augusto Souza Filho, 115, centro

Cataguases/MG

ASSUNTO:

PROCESSO nº: 5003947-34.2021.8.13.0153

CLASSE: [CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, JOSE AUGUSTO GUERREIRO
TITONELI

MM Juiz,

Em atenção ao requerido nos autos do processo acima mencionado, venho através deste comunicar a suspensão dos direitos políticos do requerido, José Augusto Titoneli, CPF 331.652.706-00, pelo przo de 08(oito) anos, iniciados da homologação do acordo de não persecução. Segue anexa cópia da decisão.



Atenciosamente,

NOME DO MAGISTRADO

Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006





1ª VARA CÍVEL
COMARCA DE CATAGUASES

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

Dito isso, DETERMINO:

1- Proceda a Serventia Judicial ao traslado das peças processuais de ff. 2.755/2.772, 3.317/3.323 e desta ata de audiência, formando-se novos autos com distribuição no *Siscom* ou PJe.

1.1- Exclua José Augusto Guerreiro Titoneli do polo passivo da ação civil pública nº. 0122895-98.2013.8.13.0153, alterando a etiqueta processual.

2- O requerido sai intimado do prazo de 05 (cinco) dias para depósito do valor de R\$ 648,36 (seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos) na conta-corrente nº. 6167-0, agência 1615-2, Banco do Brasil S.A. (cláusula quarta – f. 3.322). O comprovante de pagamento deverá ser carreado aos autos no mesmo prazo supra.

Formados os novos autos (determinação exarada no item 1):

3- Promova a Serventia Judicial a adoção das providências necessárias para a transferência do valor bloqueado na conta bancária de titularidade José Augusto Guerreiro Titoneli (ff. 2.766/2.772), com as devidas atualizações e correções monetárias, para a conta bancária do Município de Cataguases/MG.

4- Oficie-se o TRE/MG comunicando a suspensão dos direitos políticos do requerido pelo prazo de 08 (oito) anos, iniciados desta homologação do acordo de não persecução civil (cláusula terceira – f. 3.322).

5- Colacionado aos autos informação de descumprimento de quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução civil (deverá a Secretaria certificar a juntada de comprovante de pagamento constante no item 2), dê-se vista dos autos ao Ministério Público Estadual para elaboração de parecer.

5.1- Com o parecer ministerial, tornem-se os autos conclusos para eventual rescisão do acordo e continuidade da instrução processual.



1ª VARA CÍVEL
COMARCA DE CATAGUASES

Processo nº. 0122895-98.2013.8.13.0153

6- Adimplidas integralmente as obrigações constantes no termo de acordo de ff. 3.318/3.323, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Estadual para elaboração de parecer.


6.1- Com o parecer ministerial, tornem-se os autos conclusos para extinção do feito.

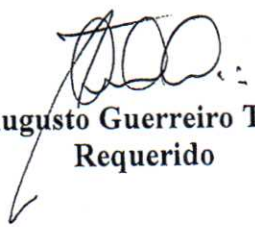
7- Os presentes saem intimadas do teor desta sentença parcial de mérito.


Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

Nada mais, vai devidamente assinado. Eu Vinícius Martins de Mattos Russo, Estagiário de Direito, a digitei.


João Carneiro Duarte Neto
Juiz de Direito


Amanda Merlini Dutra Osipe
Promotora de Justiça


José Augusto Guerreiro Titoneli
Requerido


Leandro Rodrigues Bouzada
Advogado



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

PROCESSO Nº: 5003947-34.2021.8.13.0153

CLASSE: [CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS e outros

Intimado o Ministério Público a dizer se todas as cláusulas do contrato foram integralmente cumpridas.
Prazo de 05 dias.

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica.

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006



Autos: 5003947-34.2021.8.13.0153

Classe: 12374 - Homologação da Transação Extrajudicial

Partes:

- JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI

- PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS

OUTRAS MANIFESTAÇÕES

MM. Juíza,

Conforme se denota dos documentos de IDs. 6540783034, 6734873042 e 6755528060, o ressarcimento do dano ao erário e o adimplemento multa civil foram devidamente operacionalizados pelo compromissário.

Da mesma forma, as despesas com a perícia técnica foram devidamente quitadas, conforme documento de ID. 6817073165.

Por fim, conforme ID. 6908263019, os direitos políticos do Sr. José Augusto Guerreiro Titoneli encontram-se suspensos pelo período de 08 (oito) anos.

Assim, em atendimento ao despacho de ID. 8056893174, o *Parquet* informa que todas as cláusulas do termo de acordo de não-persecução civil (ID. 6315948032) foram adimplidos pelo compromissário.

Cataguases, 01 de fevereiro de 2022.

Amanda Merlini Dutra Osipe
Promotora de Justiça





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

PROCESSO Nº: 5003947-34.2021.8.13.0153

CLASSE: [CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

ASSUNTO: [Transação]

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS e outros

DESPACHO

Vistos etc.,

A pedido da Secretaria desta Unidade Judiciária, devolvo os autos.

Cumpra-se.

Cataguases,

Danielle Rodrigues da Silva

Juíza de Direito

Documento datado e assinado eletronicamente

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº 5003947-34.2021.8.13.0153

[CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI

Certifico e dou fé que, junto aos autos o(s) seguinte(s) documento(s); Sentença de extinção

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006





COMARCA DE CATAGUASES

Processo nº. 5003947-34.2021.8.13.0153

Processo nº.: 5003947-34.2021.8.13.0153

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de procedimento distribuído para fiscalização do acordo de não persecução civil entabulado entre o Ministério Público Estadual e José Augusto Guerreiro Titoneli nos autos da ação civil pública por ato de improbidade administrativa nº. 0122895-98.2013.8.13.0153.

A representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais informou que todas as cláusulas do acordo firmado foram cumpridas pelo requerido (ID 8122358164).

Vieram-me os autos conclusos em 03/02/2021.

É o relatório do necessário. Passo a fundamentar e a decidir.

Diante da informação de que o requerido José Augusto Guerreiro Titoneli adimpliu integralmente as cláusulas do termo de acordo de não persecução civil, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários advocatícios (art. 89, §3º, CPC).

Dito isso, DETERMINO:

1- Dê-se ciência desta sentença às partes.

2- Oportunamente, baixem-se estes autos no sistema, remetendo ao arquivo.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Cataguases/MG, 03 de fevereiro de 2021.

João Carneiro Duarte Neto
Juiz de Direito em substituição



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº 5003947-34.2021.8.13.0153

[CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI

Certifico e dou fé que, junto aos autos o(s) seguinte(s) documento(s); Sentença de extinção

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATAGUASES-MG

AUTOS nº 5003947-34.2021.8.13.0153

JOSÉ AUGUSTO GUERREIRO TITOLENI, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado infra-assinado (mandato incluso), informar que tomou ciência da decisão de ID 8161867993, dispensando o prazo para a interposição de qualquer recurso.

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

Astolfo Dutra, 04 de Fevereiro de 2022.

Leandro Rodrigues Bouzada

OAB/MG nº 133.460



Autos: 5003947-34.2021.8.13.0153

Classe: 12374 - Homologação da Transação Extrajudicial

Partes:

- JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI
- PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS

CIENTE O MP

Ciente o Ministério Público da sentença proferida.

Cataguases, 07 de fevereiro de 2022.

Amanda Merlini Dutra Osipe
Promotora de Justiça





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

PROCESSO Nº: 5003947-34.2021.8.13.0153

CLASSE: [CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS e outros

Para manifestar acerca da dispensa do prazo recursal.

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica.

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006



Autos: 5003947-34.2021.8.13.0153

Classe: 12374 - Homologação da Transação Extrajudicial

Partes:

- JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI
- Ministério Público - MP

OUTRAS MANIFESTAÇÕES

O Ministério Público informa que não tem interesse em recorrer da sentença proferida no presente feito, razão pela qual não se opõe à dispensa do prazo recursal pretendida.

Cataguases, 14 de fevereiro de 2022.

Amanda Merlini Dutra Osipe
Promotora de Justiça





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo:5003947-34.2021.8.13.0153

CERTIDÃO - TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico e dou fé que a sentença transitou em julgado em 16/02/2022.

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica

SANDRA RAMOS DE OLIVEIRA

Escrivão(ã) do Juízo

Documento assinado eletronicamente

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de CATAGUASES / 1ª Vara Cível da Comarca de Cataguases

TERMO DE JUNTADA

PROCESSO Nº 5003947-34.2021.8.13.0153

[CÍVEL] HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO - MP, JOSE AUGUSTO GUERREIRO TITONELI

Certifico e dou fé que, junto aos autos o(s) seguinte(s) documento(s): AR recebido

CATAGUASES, data da assinatura eletrônica

Praça Dr. Augusto Cunha Neto, 0 (S/nº), Granjaria, CATAGUASES - MG - CEP: 36773-006





AVISO DE
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
RUA PEREIRA AMANTE, Nº 91, CENTRO
CEP: 36795-000 SANTANA DE CATAGUASES- MG
PROESSO; 5001490-29.2021

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

18/01/22

CAMPO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
SANTANA DE CATAGUASES

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

FERNANDO V. FARIA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

8416603

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 18

114 x 186 mm

Número do documento: 22021717033672200008431520642

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22021717033672200008431520642>

Assinado eletronicamente por: RENATA SOUZA RAMOS - 17/02/2022 17:03:36



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

BR 40894541 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
12 JAN 2022

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
MG

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

FORUM / 1ª VARA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

PRAÇA DR. AUGUSTO CUNHA NETO, S/N
BAIRRO GRANJARIA — CEP 36.773-006

CIDADE / LOCALITÉ

CATAGUASES - MG

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR